

O INESPERADO FURACÃO CATARINA

Texto: Carolina Herrmann Novembro 2005



AMIGOS
DA TERRA
BRASIL

membro da federação



Friends
of the Earth
International

“Senti uma grande tristeza / Quando *pacei* no jardim
E vi todo desfolhado / Meu pé de Guarapari
Lembrei da minha *infância* / Do meu tempo de criança
Quando eu descançava ali
Meu Deus!
Que tanta ingratidão / Que fez este furacão
Quebrando folhas e galhos / Espalhando pelo chão
(...)
Depos que o vento passo / Muitas coisas *aconteceu*
As *arvore* que não *deu* mais frutas / Muitos pássaros *morreu*.”
Maria Leofrisio, Balneário Arroio do Silva/SC.

Foto Arquivo AMESC



Entre os dias 27 e 28 de março de 2004, os habitantes da região sul do Brasil, se depararam com um fenômeno que desconheciam. As rajadas de ventos eram assustadoras, telhas arrancadas, a chuva torrencial molhou o interior das casas, o rio invadiu a cidade, no mar ondas de cinco metros. O desconhecido foi batizado de Furacão Catarina, primeiro furacão na história do Atlântico Sul.



Foto Arquivo AMESC

“Ninguém conseguiu dormir devido a forte pressão dos ventos sobre as paredes e telhados. Em muitas casas a água invadiu sem piedade, fazendo com que a madrugada fosse uma das mais longas da história. Nada mais havendo a fazer, apenas aguardamos que tudo terminasse bem, ou pelo menos da melhor maneira possível. Quando os primeiros raios do dia apareceram, saio a rua e aí sim tenho a exata sensação de que a cidade parecia mais um campo de guerra, tamanha a destruição. Enquanto na periferia várias casas estavam destelhadas, no centro da cidade frondosas árvores centenárias haviam sido arrancadas do chão, como se um gigante tivesse arrancado um inço. Sem dúvida foi uma madrugada para esquecer.” Saulo Machado, Araranguá/SC.

Na manhã seguinte mais sustos. Este fenômeno deixou cidades com até 95% de residências destelhadas quando não destruídas, prejuízos na agricultura acima de R\$ 87,2 milhões com perdas principalmente nas lavouras de arroz (25%), milho (90%) e banana (70%). Cerca de 1.800 indústrias danificadas ficaram até um mês sem produzir, gerando enormes prejuízos financeiros e 8.600 empregados foram demitidos. Estradas interditadas, árvores caídas sobre carros e casas.

Atingindo o nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e o sul do Estado de Santa Catarina, o Furacão Catarina gerou mais de um bilhão de reais em prejuízos financeiros, ultrapassando o valor de um ano de arrecadação de algumas prefeituras. Alguns municípios ficaram incomunicáveis, sem acesso a água, luz e telefone por até uma semana. Foram danificadas 80% das escolas da região, deixando 40 mil alunos sem aula, alguns até por 15 dias, devido às escolas terem sido destruídas, ou pelo acesso a elas estar obstruído. Segundo dados da Defesa Civil de Santa Catarina, 23 municípios foram severamente atingidos, numa área com 402.515 habitantes e 153.611 construções, onde 33.165 pessoas ficaram desabrigadas e 40.012 edificações foram severamente danificadas. Foram registradas 4 mortes. Em alto-mar, barcos pesqueiros estavam distante da costa há mais de uma semana e não conseguiram voltar a tempo, 7 marinheiros desapareceram.

“As ondas tinham quatro, cinco metros de altura. O barco parecia um brinquedo na água. O vento fez o que quis. Só não morri por muita sorte.” Luciano da Silva, Marinheiro resgatado.



Estes são os números diretos de prejuízos humanos, materiais e financeiros. Mas existem os números indiretos os quais não se contabilizam. Estes são os traumas, tristezas, crises humanitárias, êxodos, é uma sensação incômoda de incertezas que permanece em muitos dos que enfrentaram involuntariamente a força de um inesperado furacão.

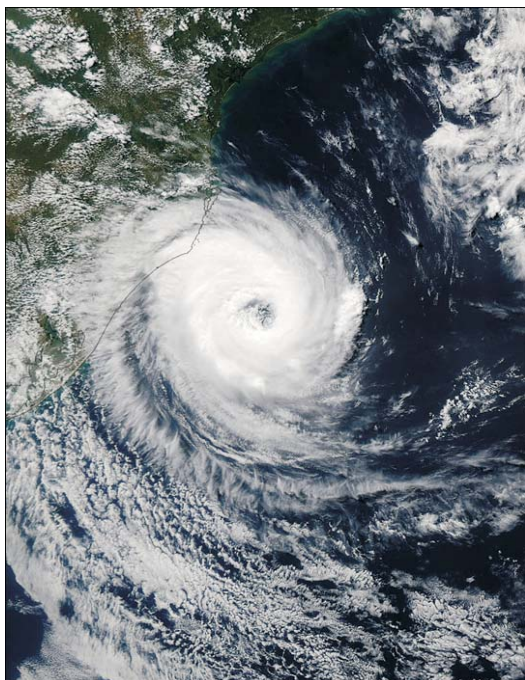


Imagem: Arquivo AMESC

“Se nós que somos estudiosos do assunto ficamos bastante abalados, imagine as pessoas comuns que não sabem o que está acontecendo. (...) Cestas básicas e materiais de construção também são importantes para as vítimas do furacão, mas a assistência psicológica e social não deve ser deixada de lado, pois as vítimas ficam traumatizadas” Emerson Marcelino, Pesquisador do Grupo de Estudos de Desastres Naturais da UFSC/SC.

Somente em junho de 2005, os pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/CPTEC) confirmaram a classificação do fenômeno como furacão, com ventos que atingiram a velocidade de 180Km/h. Os pesquisadores acreditam que o surgimento do furacão Catarina possa estar relacionado a mudanças e anomalias climáticas, devido à verificação do aumento da temperatura da superfície do mar na costa da região sul do Brasil na ocasião, e alertaram sobre a possibilidade do fenômeno se repetir em algum momento no Atlântico Sul.

“Nos primeiros minutos da madrugada de domingo, nossa região foi abalada por um fenômeno nunca antes registrado no Brasil: o devastador Furacão Catarina, menosprezado pelos inexperientes e teimosos meteorologistas brasileiros que insistiram em afirmar que era um ciclone “suave”, contrariando o alerta e as previsões dos cientistas norte-americanos, acostumados com esses fenômenos. Com informações contraditórias, a população em geral considerou que “não ia dar em nada”; não poderia se prevenir de algo em que acreditava ser uma ‘besteira’. As conseqüências vieram: centenas de desabrigados, casas destruídas, árvores arrancadas até à raiz, fábricas semi-destruídas, postes no chão, falta de energia elétrica, água e sem comunicação, um verdadeiro caos.” Padre Jorge Luiz, Araranguá/SC.

Diante deste episódio, viu-se a necessidade de se debater publicamente e esclarecer os cidadãos sobre as causas, impactos e formas de enfrentamento dos fenômenos climáticos extremos, os quais, de acordo com todas as previsões, devem intensificar-se no quadro global de aquecimento do Planeta. Organizações não-governamentais e associações de municípios do sul de Santa Catarina realizaram em Araranguá/SC, nos dias 14 e 15 de abril de 2005, o *1o. Encontro da Região Sul sobre fenômenos naturais, adversidades e mudanças climáticas: suas causas, efeitos e necessidades de adaptação*, motivados pelo marco de um ano da passagem do Furacão Catarina.

Neste encontro realizado longe dos centros urbanos, na área onde o olho do furacão se fez presente, obteve a participação de mais de 700 pessoas, na maioria cidadãos comuns. Estes tiveram seu espaço para refletir sobre suas condições de vulnerabilidade e se reconhecerem como afetados. Este evento também resultou em *Oficinas de adaptação às mudanças climáticas* solicitadas pela comunidade e realizadas em demais cidades atingidas pelo furacão. Foi o início da conscientização de um problema global e uma oportunidade de reflexão e busca de soluções às questões ambientais locais.

“Até a hora em que eu estava consciente o furacão foi terrível, não tinha explicação um vento tão forte. A gente não sabia o que ia acontecer. Estávamos trabalhando o dia inteiro na roça, e não tínhamos tempo de ouvir a televisão ou o rádio. Quando chegamos em casa já era noite, ouvimos o Jornal Nacional que deu a entender que não tinha perigo.(...) Caíram 2 árvores encima da nossa casa, e saímos correndo para a casa da vizinha. Na hora em que o vento parou (o olho do furacão), voltamos para casa para buscar roupa de cama e agasalho. A árvore que estava em cima da casa, com o vento que voltou, caiu em cima do carro e matou o meu marido. A partir daí, eu não vi mais nada porque desmaiei.” Terezinha da Rocha Quirino, Araranguá/SC.



Os gases de efeito estufa (GEE) ficam por mais de cem anos se acumulando na atmosfera. Portanto, as consequências das mudanças climáticas que sofremos hoje, são de responsabilidade histórica dos países desenvolvidos que se beneficiaram das emissões dos GEE desde a revolução industrial, para seu próprio desenvolvimento.

Comunidades carentes e países em desenvolvimento são os menos responsáveis pelas mudanças climáticas, e, devido a sua vulnerabilidade física, social e econômica são os mais afetados pelas consequências. Os impactos gerados pelas consequências das mudanças climáticas, mostram a enorme brecha entre o desenvolvimento dos países. O que difere são as condições para o enfrentamento de secas, inundações, fenômenos climáticos extremos que resultam no aumento da fome, escassez de água potável, doenças, mortes, refugiados ambientais e conseqüentemente a intensificação da pobreza. Os países em desenvolvimento possuem menos recursos para a reconstrução e menos condições de saúde e saneamento, e portanto uma maior vulnerabilidade.

Desta forma, é justo que os países ricos dêem o primeiro passo para reduzir suas emissões de GEE: pagando os custos da transição energética, determinando o fim da extração dos combustíveis fósseis, financiando energias renováveis, optando pela eficiência energética, possibilitando a transferência de tecnologia, reduzindo drasticamente seu consumo, pagando os custos de adaptação dos afetados - os quais sofrem pelo consumo insustentável dos países ricos. Portanto, estes devem assumir compromissos éticos e financeiros visando deter o aquecimento global, dar melhores condições aos países em desenvolvimento de enfrentar as suas consequências e assim reduzir os danos causados pelas mudanças climáticas.

“Os pesquisadores estão considerando duas possibilidades: ou isso (o Furacão Catarina) é um evento raro que só ocorre pouquíssimas vezes, ou já é o primeiro sinal das mudanças climáticas que o planeta estaria sofrendo em função da poluição produzida pelo homem” Carlos Nobre, Pesquisador da CPTEC/INPE.

O furacão Catarina foi um desastre e mostra a vulnerabilidade e a necessidade de investir em adaptação, da mesma forma, os Sítios do Patrimônio Natural já sofreram ou sofrerão com as consequências das mudanças climáticas.



Foto Arquivo AMESC

No sul do Brasil verifica-se um possível aumento de precipitação nos últimos 30 anos, segundo a Comunicação Nacional Inicial do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Isto pode afetar os padrões de produção agrícola locais e o pouco que resta da Floresta Atlântica, a qual é reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO - um local de ocorrência de espécies animais e vegetais endêmicos ameaçados e de alto valor científico. Portanto é fundamental previsões climáticas regionais e a análise de cenários atuais e futuros da mudança do clima, para que ações de avaliação dos impactos possam prever o que pode acontecer na região, quais as consequências extremas e quais as mais prováveis, objetivando a busca de alternativas de mitigação e adaptação.

A população local exige que o governo brasileiro atue com mais responsabilidade, reconheça as trágicas consequências das mudanças climáticas, e desta forma realize no país e cobre a nível internacional uma política preventiva com ações imediatas. Estas ações se refletem em dois compromissos cruciais: deter o aquecimento global reduzindo suas emissões atuais de GEE para garantir um futuro saudável às próximas gerações, e dar condições a população para um melhor enfrentamento das consequências já inevitáveis das mudanças climáticas; pois quanto mais preparada uma nação está para adaptar-se as mudanças climáticas menos impactos sofrerá.

“De repente, veio uma enorme calma. A temperatura subiu e tivemos de tirar as blusas. O céu ficou estrelado. Formou-se uma sensação estranha, de relaxamento e até sonolência. Uns 40 minutos depois, numa fração de segundos, tudo se tornou um caos. O vento levou nossas blusas. Calculamos a velocidade em 180 quilômetros por hora.” Emerson Marcelino, Pesquisador do Grupo de Estudos de Desastres Naturais da UFSC/SC.

Foto Arquivo AMIESC



A ocorrência do furacão Catarina fez com que a comunidade local refletisse sobre a vulnerabilidade de sua região, as injustiças climáticas e sobre os modelos de desenvolvimento locais. No sul do Brasil está localizada a maior usina termelétrica a carvão da América Latina, a qual é uma fonte de energia ultrapassada que emite a maior quantidade de gases de efeito estufa (GEE) por unidade de energia gerada. A extração e queima do carvão têm suas consequências na chuva ácida, doenças respiratórias, contaminação dos solos e dos recursos hídricos. Na Europa esta opção energética, assim como a tecnologia carbono intensiva, está caindo em desuso, mas suas empresas continuam vindo para poluir e se beneficiarem dos países em desenvolvimento, que não possuem um controle ambiental adequado e nem metas de redução dos GEE no Protocolo de Quioto, que entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Justiça Climática é o que a comunidade atingida pelo Furacão Catarina clama, são pessoas carentes que não possuem infra-estrutura, nem conhecimento ou recurso financeiro para enfrentarem os desastres causados por um furacão ou outros eventos climáticos extremos. Algumas das pessoas que perderam suas casas, receberam casas doadas pelo governo, mas outros não receberam nem sequer uma telha. Alguns perderam seu emprego, outros ficaram traumatizados e não podem escutar uma rajada de vento mais forte que se apavoram. Na maioria dos depoimentos, aqueles que vivenciaram o Furacão Catarina, dizem que a pior consequência foi a insegurança que ficou, insegurança sobre o que está por vir, insegurança de não saber como enfrentar novas catástrofes climáticas. Desta forma, os afetados unidos fortaleceram-se em um movimento mundial em que seus valores e direitos sejam reconhecidos, e sejam ouvidas as suas vozes.

Manifesto por Justiça Climática 29/10/2005 Morro dos Conventos em Araranguá/SC

Nós, comunidade do sul do Brasil, fomos afetados pelo Furacão Catarina em março de 2004, o primeiro furacão na história do Atlântico Sul, o qual atingiu severamente nossas cidades, nossos recursos naturais e a vida de milhares de pessoas.

Nós, que já sofremos com enchentes, estiagens e tornados, estamos cientes e preocupados com as consequências das mudanças climáticas e reconhecemos nossa situação de vulnerabilidade.

Exigimos que o governo brasileiro:

- Reconheça as trágicas consequências do aquecimento global, atuando com mais firmeza e responsabilidade no âmbito nacional e internacional
- Reconheça as situações de vulnerabilidade sociais, econômicas e naturais do Brasil
- Crie e apóie programas preventivos e de adaptação nas regiões costeiras, principalmente na área atingida pelo Furacão Catarina
- Crie normas protecionistas ao nosso meio ambiente, protegendo o Brasil de empresas estrangeiras que venham ameaçar, poluir ou comprometer a nossa biodiversidade
- Cobre dos países desenvolvidos a redução de emissões de gases de efeito estufa e os custos de adaptação
- Promova a imediata implementação de políticas de prevenção às mudanças climáticas
- Invista na implementação de medidas e programas de eficiência energética e energias renováveis e no estudo das consequências do aumento de temperatura no Atlântico Sul
- Determine o fim das queimadas e o desmatamento na Amazônia
- Responsabilize-se pela redução das atuais emissões brasileiras de gases de efeito estufa
- Determine a gradual paralisação das termelétricas a carvão em operação no sul de SC e no RS, maiores emissores de GEE por unidade de energia gerada, e abandone os planos de implementação de novas usinas termelétricas a carvão no Brasil.

Exigimos que os países desenvolvidos:

- Dêem os primeiros e efetivos passos na redução de emissões de gases de efeito estufa
- Determinem o fim da extração de combustíveis fósseis
- Determinem políticas de eficiência energética como prioridade
- Paguem os custos de transição energética
- Financiem as energias renováveis
- Criem novos mecanismos mais eficientes do que aqueles adotados atualmente para reduzir as emissões de GEE
- Paguem os custos de adaptação dos países em desenvolvimento
- Reduzam drasticamente seu consumo insustentável
- Assumam compromissos éticos e financeiros para deter o aquecimento global

Nós, que vivemos no local onde o olho do Furacão Catarina passou, estamos unidos num movimento mundial por Justiça Climática, para que nossas vozes sejam ouvidas.

Nós, exigimos que os governantes nos escutem, olhem para nós e atuem com a responsabilidade necessária a fim de possibilitar um futuro saudável as próximas gerações.



Foto: Carolina Herrmann